

Submissão ao PMDB

Se o ministro da Fazenda quisesse do-
rante passar a ocupar o cargo em razão
da confiança do PMDB e não da escolha do
presidente da República, não teria procedi-
do de maneira diversa daquela que o levou
a reunir-se com o partido oficial e apresen-
tar, aos paredros mais em evidência nele,
um plano econômico (mais um!) para o
País. Esse da semana que está findando
pretende ser quinquenal, abrangendo o pe-
ríodo 1987/91. Quando foi lançado o Plano
Cruzado, não ocorreu perguntar ao sr. Dil-
son Funaro por quanto tempo se estende-
ria. A verdade porém é que teve vida curta,
por causa de erros que o titular da Fazenda,
tardamente, reconhece que foram cometidos,
praticando edificante *mea culpa*. O
problema é que a contrição do ministro não
é suficiente para que a confiança popular se
restabeleça como em passe de mágica e ele,
recuperando a credibilidade perdida, se ar-
roje a novos lances teatrais, como o que
motiva este comentário; e, o que é pior,
adotando o tom demagógico dos que, tendo
pouco a dizer de objetivo e isento, usam as
palavras para produzir o efeito de certos
truques que impressionam a platéia — no
caso, composta por correligionários discre-
tos, nada curiosos, que se abstiveram de
fazer perguntas pertinentes sobre pontos
obscuros da exposição e colaboraram gene-
rosamente para que, nas aparências, a
apresentação pudesse ser avaliada por
quem de direito como "um sucesso". Acon-
tece que não foi.

"O ministro da Fazenda quer dizer,
diante de seu partido, que assume inteira e
total responsabilidade pela política econô-
mica." É o mínimo que ele poderia dizer...
Em seguida: "...o Plano Cruzado esbarrou
no congelamento prolongado, acompanha-
do de um aquecimento de demanda". Per-
gunte-se: por culpa de quem? Não faz muito
tempo, o ministro Dilson Funaro, em
entrevista a uma emissora de rádio, afirma-
va, enfático, que o congelamento perdura-
ria até que as prateleiras de lojas e super-
mercados ficassem cheias. Então, cogitaria
de rever preços. Ignorava ele que não há lei
que obrigue a produzir com prejuízo, e que
o congelamento estava significando esta al-
ternativa: não produzir ou jogar no merca-
do o que quer que fosse para vender abaixo
do custo. Como é que pode?

Adiante: "Aplicadores financeiros pro-
vocam a subida dos juros à frente dos pre-
ços, ainda que, *ex-post*, num momento de
aceleração inflacionária, os juros possam
parecer negativos. E banqueiros tratam de
subir *spreads*, aumentando sua rentabili-
dade à custa do capital produtivo...". Regis-
tre-se que tudo isso sucede quando existe
incapacidade por parte de quem deveria
tomar medidas para impedir que aconteça.
O ministro todo-poderoso buscou abrigar-
se sob a marquise de uma agremiação que
comanda o Poder Legislativo e faz praça de
governar. Essa aliança entre ele e correli-
gionários convidados para a badalada
avant-première do mais novo plano econô-
mico, tão ambicioso quanto apoiado em
previsões que assentam mais em palavras
do que em possibilidades reais, normal-

mente o deixaria em situação ímpar para
impor sua vontade e colher resultados con-
cretos. No entanto, é o próprio sr. Funaro
que faz saber: "Teria sido preferível fazer
um realinhamento ordenado de preços e
salários (...). Mas não tivemos outra alterna-
tiva em meio à exacerbação de reivindica-
ções incompatíveis, que minaram a capaci-
dade de arbitragem do Estado". Ora, o que
houve foi, sim, fraqueza; faltou ânimo para
enfrentar a situação e tomar o caminho
retilíneo da defesa do interesse público. A
onipotência do Estado só não se exercita no
Brasil, infelizmente, quando os titulares
das funções de cúpula do Poder Executivo
hesitam em observar o estrito cumprimen-
to do dever. Por um paradoxo difícil de
explicar, quando se cuida de escolher o pior
caminho ou proteger interesses menores,
recorre-se à onipotência em questão. Eis a
melhor receita para o desastre, a curto ou a
médio prazo.

Quando o ministro diz que o País não
voltará à política econômica da Velha Re-
pública, se esquece de dizer que não voltará
porque já voltou, até mesmo reentronizan-
do a correção monetária. Quando se rebela
contra os que "propõem a recessão", oculta
que a recessão já está aí, acompanhada do
cortejo de males que a definem: entre ou-
tros, queda nas vendas do comércio e au-
mento assustador de concordatas, que já
assombram em São Paulo. Tudo isso con-
figuraria o quadro que, segundo o sr. Dilson
Funaro, vendo-o pelo negativo que troca o
claro pelo escuro e vice-versa, explica o por-
quê da entrega do poder ao PMDB. Valha-
nos Deus! Foi para voltar ao passado, aos
males do passado, aos cacoetes do passado
que o PMDB ascendeu à posição de força
que desfruta no País? Como o ministro ex-
plicaria que tenham desabado os índices de
popularidade do governo, comparáveis aos
da Velha República? Aliás, ele a abomina,
mas não se lhe assinalou, até 15 de março
de 1985, uma única crítica frontal ou uma
só atitude nítida de oposição aos poderosos
do dia.

Garante o titular da Fazenda que o go-
verno conhece o tempo certo para "tomar
medidas". Até agora, não o demonstrou! Ao
contrário, debate-se no dilema entre enve-
redar por erros crassos ou corrigi-los a des-
tempo, quando já provocaram catástrofes.
Garante ainda: "Não nos anima o confron-
to". Perdão! O que se tem feito, por exem-
plo, nas negociações sobre a dívida externa,
se não buscar o confronto? O Brasil, certa-
mente sem apoio da maioria da opinião
pública, fustiga seus credores, lá fora, como
se lhes dissesse que quer tratamento espe-
cial por parte deles porque sabe que se não
se comportarem passará a significar risco
político. O diálogo sobre o pagamento do
principal da dívida e do juro que a onera só
deveria ser travado em termos eminentemente
técnicos. Querer transformá-lo em
questão política não é de bom gosto — pelo
menos. E que dizer do confronto com os
empresários, tachados de inimigos do Pla-
no Cruzado, quando foram vítimas dele? Seria
avançar demais abordar o problema

do confronto com a opinião pública? Quem
duvida de que, se se realizassem hoje elei-
ções como as de 15 de novembro, o PMDB
sofeteria derrota esmagadora? Repete-se no
final do texto lido pelo sr. Funaro que o
governo fez "opção pelos pobres", fiel ao
"ideário do PMDB". Fique-se ciente, pois,
de que o PMDB tem ideário; mas no tocante
à opção pelos pobres, o mínimo a dizer é
que há de ser posta em dúvida. Ninguém
ignora que o flagelo dos pobres é a inflação.
Pois não está ela aí, ovante, a açoitar os
humildes e os assalariados, pior do que na
Velha República?

Por tudo isso soa mal, muito mal, que a
peroração do ministro repita à exaustão a
palavra povo, como se a seqüência de equí-
vocos que perfazem a chamada política
econômica do sr. Dilson Funaro merecesse
o favor popular. É o contrário; essa seqüên-
cia corresponde à decepção, à frustração,
ao pessimismo e ao desânimo que se apos-
sam do povo, ao qual não passa despercebi-
do que não chega a existir uma política
econômica — o que há são providências
atabalhoadas, redigidas em cima da perna,
fora de um contexto amplo dos problemas
nacionais, a provocar reações isoladas cu-
jos efeitos são imprevisíveis. Daí se sucede-
rem os pacotes que reformulam a econo-
mia, de cada vez, de cima a baixo; e estão
sempre a exigir correções violentas, mu-
danças bruscas, de sinal contrário, frequen-
tamente, causando perplexidade geral.

Para remate, cabe estranhar que no au-
ditório escolhido pelo ministro para o *show*
que encenou não houvesse quem (até em
nome do bem comum, de que se está tão
longe ultimamente, em consequência do
malogro da economia) se levantasse para
formular algumas perguntas sobre pontos
essenciais da exposição que é objeto deste
comentário. Tais pontos permaneceram
obscuros. A crise é patente, aqui dentro e lá
fora. Lá, com a decretação da moratória
técnica e a reação que acarretou; porém a
fala do sr. Funaro simplesmente a ignora. O
PMDB está longe de primar pela unidade
de pensamento e de ação. Nestes dias, pare-
ce um agrupamento que se mantém coeso
apenas em torno de reivindicações de poder
para uso e gozo de seus integrantes, que
acorreram de todas as demais legendas e
agora se saciam no governo. A idéia de
acoplar o partido oficial a outro plano eco-
nômico, tornando-o avalista das medidas
anunciadas como de maior destaque desse
plano, não é das mais felizes, na hora em
que o País caminha inexoravelmente ao
encontro da verdade — nas contas exter-
nas, na inflação avassaladora que abre por-
tas à recessão, no descontentamento popu-
lar traduzido em sucessivos episódios nos
quais se põe em risco a manutenção da
ordem. Quando à tamanha incompreensão
da realidade se acrescenta o toque da de-
magogia que deu o tom do pronunciamento
do ministro da Fazenda não pode deixar de
haver quem, guardando o bom senso, não
se preocupe com o futuro imediato. Não é
esta, positivamente, a hora para fazer de-
magogia. Funérea demagogia.

ANC 88
Pasta 01 a 07
Abril/87
080

Funaro, em posição quase insustentável

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Contam que numa cidade do In-
terior, diante de formidável enchen-
te, os moradores começaram a fugir,
menos o padre, que preferiu instalar-
se na torre da igreja e rezar a
Deus, em voz alta, pedindo o fim da
chuva. Assim, ele recusou quando
um caminhão passou para levá-lo. O
nível da água subiu, só a torre ficou
de fora e, outra vez, foram buscá-lo,
agora de barco. Nova recusa e novas
orações ao Padre Eterno. Por fim,
quando a água já cobria o próprio
sacerdote, mandaram um helicóptero.
Também não adiantou. Ele mor-
reu afogado. Entrou no céu e logo
estriou com São Pedro, reclamando
da falta de atenção da Providência
Divina. Conseguiu chegar diante de
Deus e despejou sua irritação, con-
cluindo que não havia sido atendido
em suas orações. Com as vastas
mãos abanando, o Todo-Poderoso
falou: Como não atendi? Você é que
não quis ajuda. Pois não mandei
buscá-lo primeiro de caminhão, de-
pois de barco e por último de heli-
cóptero?

A história se apresenta diante
da obstinação do presidente José
Sarney em manter o ministro Dilson
Funaro na pasta da Fazenda. Deveria
tê-lo substituído quando o Plano
Cruzado I fracassou e o governo pre-
cisou baixar o Plano Cruzado II,
dias após as eleições, frustrando
meio mundo e deixando na boca do
eleitor o gosto amargo do arrependi-
mento. Recusou o caminhão. As se-
manas passaram, a água subiu e o
presidente continuou determinado a
não trocar Dilson Funaro, apesar
da vertiginosa alta nos preços, da
desarticulação no abastecimento,
do ágio, do salto amplo da inflação e
da sucessiva onda de greves deter-
minada, em boa parte, pela reação
dos assalariados diante do malogro
anterior. Nem mesmo o substituiu às
vésperas da decretação da morató-
ria técnica, medida dita inevitável
dada a dilapidação de nossas reser-
vas no Exterior. Mais água subindo,
e o presidente negando-se a aceitar
o barco.

Ao que parece, não aceitará o
helicóptero, que já vem chegando.

A reação dos bancos credores,
nesta última semana, deixa poucas
dúvidas a respeito do resultado fi-
nal. Entramos no rol declarado dos
caloteiros e, da noite para o dia, po-
deremos amanhecer sem um centavo
seguir na conta das linhas de crédito
de curto prazo. Todo o programa
fundamentado nas exportações iria
à garra.

Não dá mais para o ministro
Dilson Funaro conduzir o diálogo
com os credores, como não dá para
seguir comandando a política eco-
nômica. Apesar de suas boas inten-
ções, de seu espírito de sacrifício, de
sua honestidade e de seu empenho
quase místico em não se render aos
fatos, são os fatos que estão aí. Sua
credibilidade exauriu-se aqui e lá

fora. Não há remédio capaz de recu-
perá-la, a não ser os milagres.

O empresariado está para ex-
plodir. Não confia em Funaro, acu-
sando-o de administrar sem progr-
ma. Coraria um frade de pedra se
um dia ouvisse tudo o que disseram
do ministro os empresários reunidos
com Sarney, dois sábados atrás, na
fazenda de Mathias Machline. As li-
deranças sindicais vão mais adian-
te, pois não se obrigam à elegância
verbal dos empresários. Ontem o
presidente teve mais uma prova dis-
ta. Da classe média não há que fa-
lar, bastando ver os reclamos gera-
dos por conta do Imposto de Renda.
Fosse o Brasil um país parlamenta-
rista e o Gabinete inteiro estaria no
chão. Como estamos no presiden-
cialismo, esses confrontos costumam
ser resolvidos por meios bastante
menos ortodoxos.

Os políticos se queixam da im-
penetrabilidade, mesmo os do
PMDB, que quinta-feira ouviram
Funaro em silêncio, obrigados a res-
pondê-lo formalmente por conta das
evoluções necessárias à candidatu-
ra de Ulisses Guimarães à Presi-
dência da República. No PFL, há
quem pretenda ver o diabo e não ver
Funaro, inclusive ministros, seus
colegas de governo.

Essas tendências dificilmente
refluem. Não há como ele recuperar
condições mínimas para ser acredi-
tado. Ao PMDB, apresentou longa
exposição de bons propósitos, mas
nenhum esclarecimento sobre como
realizá-los. Disse, por exemplo, da
meta de oito bilhões de dólares de
superávit comercial, para os próxi-
mos anos. Mas de que forma obter e
até ampliar essa diferença não se-
lou. Enfaticamente, declarou que só
remeteremos no máximo 2,5% do
Produto Interno Bruto para o paga-
mento da dívida, mas essa decisão
não tem de unilateral. Seria bom se
tivesse, mas se os credores não con-
cordarem, como não estão concor-
dando? Fecharemos o País, à manei-
ra da Albânia de hoje ou da China
de ontem?

Por tudo, e nem adianta estar
repetindo as críticas ao ministro da
Fazenda, indaga-se o porquê da obs-
tinância do presidente José Sarney
em preservá-lo. Motivos sentimen-
tais não poderiam sobrepujar ra-
zões de Estado. Os ministros, afinal,
devem ser sempre mais ministros do
que amigos. Há quem imagine estar
o chefe do governo empenhado numa
guerra surda com o PMDB. Na
medida em que a política de Funaro
se confunde com a política do parti-
do, naufragarão os dois, em tempo
não muito distante. Não dá para
acreditar em maquiavelismo tão in-
tense, pois quem sofreria, como vem
sofrendo, antes da economia ou do
PMDB, seria, ou é, o País.

Guardadas as proporções, e com
todo o respeito, eis a enchente pres-
tes a cobrir a torre da igreja. As
oportunidades de o padre escapar
vão sendo perdidas a cada dia. C.C.